2735 Rio de Janeiro, fevereiro de 2022

SUMÁRIO EXECUTIVO

AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE SUBSÍDIOS CRUZADOS NO SETOR DE TRANSPORTES TERRESTRES

Rennaly Patricio Sousa
Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura (Diset) do Ipea. *E-mail*: <rennaly.sousa@ipea.gov.br>.

Edison Benedito da Silva Filho
Técnico de planejamento e pesquisa na Diset/Ipea. *E-mail*: <edison.benedito@ipea.gov.br>.

DOI: http://dx.doi.org/10.38116/td2735

A crescente demanda por investimentos no setor de infraestrutura e a limitação dos recursos públicos revelam os desafios no fomento de novos instrumentos para financiar a modernização do setor rodoviário. Entendendo o financiamento como questão central para o planejamento e execução de serviços de infraestrutura, soluções que contemplem a eficiência na gestão de recursos e a atração de capital privado para projetos de infraestrutura são essenciais para viabilizar a expansão dos investimentos nesse setor nas próximas décadas, no Brasil e no mundo.

Este *Texto para Discussão* busca, de forma preliminar, avaliar as experiências nacionais e internacionais no uso de subsídios cruzados aplicados a concessões de infraestrutura de transportes com menor comprometimento do orçamento público. Analisam-se alternativas aos modelos de concessão adotados tais como o uso de fundos públicos, a concessão por meio de blocos de projetos (conhecidos popularmente como "filé com osso") e o sistema de câmaras de compensação, visando identificar as especificidades, vantagens e desvantagens dos modelos desenvolvidos por cada um dos casos em análise, *vis-à-vis* a legislação e o marco regulatório setorial, bem como a atual situação de fragilidade fiscal do país.

A partir da avaliação teórica e da experiência empírica dessas soluções, verifica-se que a sustentabilidade dos modelos propostos neste estudo está sujeita ao fortalecimento institucional e aos mecanismos de governança, envolvendo não apenas questões legais, mas também custos políticos. Ao optar por um modelo que se mostre mais adequado ao projeto, o governo deve observar não apenas os custos totais dessa iniciativa, mas também os custos de oportunidade e riscos envolvidos nas etapas, uma vez que os projetos envolvem arranjos complexos e longos prazos de execução. Implementar soluções híbridas que se adequem às condições econômicas e ao marco institucional consolidado no país, sem afastar a participação ainda relevante do crédito público, permite ampliar o papel desempenhado pelo setor privado na capitalização desses projetos.